

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862-1927)  Quinta-feira 25 de ABRIL de 2024 • R\$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47672
estadão.com.br

E&N Tributação — B1

Governo livra alimento ultraprocessado de 'imposto do pecado' e inclui veículos

Projeto de regulamentação da reforma tributária foi entregue ontem ao Congresso, quatro meses após promulgação da PEC

WELTON JUNIOR/ESTADÃO



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recebe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o projeto de regulamentação, com 360 folhas

O governo enviou ao Congresso o primeiro projeto de lei complementar de regulamentação dos novos impostos sobre o consumo, quatro meses após a promulgação da PEC da reforma tributária. O texto prevê que o Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", incida sobre veículos, embarcações, aeronaves, cigar-

27,3%
Deve ser a alíquota máxima do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cuja média deve ficar em 26,5%

ros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e bens minerais extraídos. Os alimentos ultraprocessados, aqueles que passam

por diversos processos industriais, ficaram fora da lista, apesar de recomendação do Ministério da Saúde. No total, o projeto tem 360 páginas e inclui também o funcionamento do Imposto sobre Valor Agregado (o IVA, que unificará 5 tributos). O Ministério da Fazenda estima uma alíquota média de 26,5%, que poderá variar de 25,7% a 27,3%.

Cesta básica com isenção prevê 15 itens

Lista dos produtos com imposto zero foca alimentos in natura e minimamente processados. Carne e sal têm desconto de 60% em relação à alíquota cheia do IVA. — B2

Música — C1

Em SP, a outra face de Gene Simmons, do Kiss

Sem maquiagem e trajés extravagantes, baixista toca amanhã no Summer Breeze Festival com sua banda particular.

GENE SIMMONS/DEVLGAÇÃO



Estadia na missão da Hungria — A9
Morales arquiva ação sobre ideia de Bolsonaro a embaixada

A Guerra de Putin — A11
EUA enviaram mísseis de longo alcance para Ucrânia

Libertadores — A19
Palmeiras sofre no 1º tempo, vira e vence Del Valle por 3 a 2

'Crimes coloniais' — A10

Presidente de Portugal admite culpa por escravidão e cogita reparação

Marcelo Rebelo de Souza sugeriu que país poderia "pagar os custos" por colonialismo, sem dar detalhes.

E&N Cofre virtual — B2

Invasão a sistema de pagamento da União desviou R\$ 14 milhões

Verba saiu do Ministério da Gestão e do TSE e foi enviada a 17 contas bancárias em nome de empresas e até inscritos em programas sociais.

E&N Congresso aprovou — B24

Biden sanciona lei que prevê banimento da rede TikTok nos EUA

Plataforma, de origem chinesa, recebeu prazo de 270 dias para mudar de dono ou será proibida de operar nos EUA.

Segurança pública — A14

STF diz que SP se comprometeu a estender uso de câmera a toda a PM

Tarcísio de Freitas pediu prazo até setembro para implantação total do sistema, segundo Luís Roberto Barroso.

Projeto de lei — A6

Estados decidirão sobre armas, diz CCJ da Câmara

Notas e Informações — A3

A semântica perdulária de Lula

William Waack — A7

Insegurança pública

Celso Ming — B2

Aflicção eleitoral de Lula

IGUATEMI
SÃO PAULO

A MELHOR CLERADORIA NO MELHOR SHOPPING


BOTTEGA VENETA
DOLCE & GABBANA
GUCCI • SAINT LAURENT
TIFFANY & CO.



IGUATEMI.COM.BR/SAOPAULO

IGUATEMI

Edição de hoje
3 CADERNOS - 52 páginas

 Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes.
Para fechar... E&N. Destacar Economia & Negócios

 C2. Cultura & Compartmentamento, A fundo

Tempo em SP
21' Min. 27' Máx.

ISSN - 1610-2034
0 771614 760112

B19 Petrobras.
Acionistas
fazem
assembleia
com
minoritários acusados
de conflito de interesses

**ECONOMIA
& NEGÓCIOS**

QUINTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO

E&N



B1



DESTAQUE O
CADERNO E&N
(B1 A B24)

Impostos Nova fase

Governo livra ultraprocessado e inclui carros em 'imposto do pecado'

— Ministro da Fazenda leva ao Congresso primeiro projeto de lei para regulamentar reforma; estimativa indica alíquota de até 27,3% para o IVA

.....
BIANCA LIMA
MARIANA CARNEIRO
ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA
.....

Quatro meses após a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária, o governo enviou ontem ao Congresso o primeiro projeto de lei complementar de regulamentação dos novos impostos sobre o consumo. O texto, a que o **Estadão** teve acesso, prevê que o Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", vai incidir so-

bre veículos, embarcações e aeronaves; cigarros; bebidas alcoólicas; bebidas açucaradas; e bens minerais extraídos.

Já os alimentos ultraprocessados (que passam por diversos processos industriais) ficarão fora da lista, apesar da recomendação do Ministério da Saúde e da pressão de entidades da área e da sociedade civil.

Segundo o texto, a incidência do seletivo sobre a aquisição de veículos, aeronaves e embarcações se justificaria por "serem emissores de poluentes que causam danos ao meio ambiente e ao homem".

A proposta é para que as alíquotas incidam sobre veículos automotores classificados como automóveis e veículos comerciais leves e variem

Exceção
Os ultraprocessados ficam fora da lista apesar da recomendação do Ministério da Saúde

a partir de uma alíquota base, de acordo com os atributos de cada veículo.

No total, o projeto apresenta-

do ontem tem 360 páginas e traz o coração do novo sistema, que inclui o funcionamento do Imposto sobre Valor Agregado (o IVA, que unificará 5 tributos) e do próprio Imposto Seletivo – que tem como pressuposto a incidência sobre bens e serviços considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente.

O desenho final dessa regulamentação terá efeito direto sobre a alíquota que será cobrada dos consumidores. O Ministério da Fazenda estima uma alíquota média de 26,5%, que poderá variar de 25,7% a 27,3%, a depender de fatores como so-

negação, elisão fiscal (prática que aproveita brechas na lei para reduzir a tributação), disputas de empresas com o Fisco (que acabam em litígio judicial) e ainda inadimplência.

Trata-se de uma nova – e, provavelmente, ainda mais dura – batalha a ser travada no Congresso, com uma miríade de detalhes que serão alvo de lobbies e interesses variados, tanto de setores quanto de entes da Federação.

Não à toa, o ministro Fernando Haddad foi pessoalmente entregar o texto aos presidentes das duas Casas: o deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Entre os pontos mais controversos, estão ainda a cesta básica e os regimes diferenciados, além de todo o sistema de credenciamento – uma vez que a reforma prevê a não cumulatividade plena, colocando fim à tributação em cascata e permitindo às empresas se creditarem dos impostos cobrados na etapa anterior da cadeia. ●

PROJETO INDICA 15 ITENS PARA CESTA BÁSICA COM IMPOSTO ZERO. PÁG. B2

DESOCUPADO

LEILÃO SOMENTE ONLINE

TERRENO EM TORRE DE PEDRA/SP

LOCALIZADA NA ESTRADA VICINAL CARLINDO FRANCISCO ANTUNES, BAIRRO DO SALTINHO

ÁREAS DE 38.200,00m², 14.660,00m²,
14.660,00m² E 22.480,00m².

03/05 ÀS 15H00

LANCE INICIAL R\$ 21.500.000

Torre de Pedra/SP, Bairro do Saltinho. Situado na Estrada Vicinal Carlindo Francisco Antunes, com área de 38.200,00m², melhor descrito e caracterizado na matrícula 12.781, com área de 14.660,00m² melhor descrito e caracterizado na matrícula 12.782, com área de 14.660,00m² melhor descrito e caracterizado na matrícula 12.783, com área de 22.480,00m² melhor descrito e caracterizado na matrícula 12.784. Todas registradas na serventia do Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de Porangaba/SP. Respectivas inscrições municipais 918, 919, 920 e 921. DESOCUPADO. Visitas deverão ser previamente agendadas com o Emerson, no telefone: (11) 2464-6460 ou através do e-mail: af@sodresantoro.com.br



SODRESANTORO
 SODRESANTORO
 LEILAOSODRESANTORO
 (11) 2464-6464
 (11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site. Otavio Lauro Sodre Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607



SODRÉ SANTORO

45 anos



Celso Ming celso.ming@estadao.com

Eleições à vista e falta de estratégia

As eleições municipais, base para o desenho político de 2026, estão a pouco mais de cinco meses e, no entanto, o presidente Lula parece aflito com a falta de argumentos eleitorais para apresentar.

O Bolsa Família já não rende tanta propaganda eleitoral como antes. O Desenrola, que se propôs a renegociar as dívidas de até R\$ 20 mil, apresentou algum resultado, mas o endividamento familiar continua muito alto. Nem mesmo o governo parece entusiasmado com a queda do desemprego para a casa dos 7% da força de trabalho. O avanço do PIB, da ordem de 2% ao ano, é maior do que o que estava nas expectativas, mas o presi-

dente Lula acha pouco.

Fora a reforma tributária – que, por enquanto, não garante voto –, o governo Lula não consegue apresentar estratégia sustentável de desenvolvimento econômico e de criação de renda. Em fevereiro, apresentou, em meio a um show de trombetas, a Nova Indústria Brasil, baseada em discursos requeentados. Mas, até agora, ninguém sabe a que veio. Nem as metas cobradas pelo presidente, que pormenorizariam o projeto, chegaram a ser anunciadas. Os investimentos noticiados há semanas pelas montadoras de veículos têm mais a ver com iniciativas das matrizes sediadas no exterior do que com diretrizes de política in-



dustrial do governo.

Uma das ideias grávidas de sucesso seria o lançamento de um programa consistente de reformulação energética, com potencial para a redenção da indústria. Mas, nesse campo, as coisas estão emperradas, mais por falta de decisão política e de regras claras de jogo do que de recursos para investimentos.

Nessa paisagem, o presidente Lula tenta ocupar os espaços da

opinião pública, com tiradas proferidas de seus próprios cercadinhos. Não para de desancar o presidente do Banco Central e a política de juros, como se tudo dependesse de crédito barato.

Cria fuzus na direção da Petrobras, cujo efeito imediato são enormes solavancos no fluxo de recursos no mercado, que o presidente atribui a meras divergências de opinião entre alguns dos seus ministros e ele próprio. Afinal, a distribuição de dividendos, antes “inadmissível”, como afirmaram os engenheiros da Petrobras, sairá como queria seu presidente, que vinha sendo frito por isso.

Do ministro Fernando Haddad, um dos mais ativos do governo, cobra menos leitura e

mais ação. Do sempre risonho vice-presidente Geraldo Alckmin, quer que se mexa mais para articular com os políticos.

O maior engano do presidente Lula é o de que rombo fiscal não seja problema. Pior ainda, é achar que seja solução eleitoral. Ao contrário do que ele afirma e de acordo com o que já pensou, todo gasto é gasto, não importa a designação do momento, seja custeio, investimento ou benefício social. Quando a despesa ultrapassa a receita, o resultado é mais inflação, mais dívida, mais juros, mais incerteza, menos propensão ao investimento das empresas e menos emprego. Simples assim. ●

COMENTARISTA DE ECONOMIA

Impostos Nova fase

Projeto do governo indica 15 itens para cesta básica com imposto zero

Entres os produtos, estão arroz, leite e pães; texto prevê devolução de parte do imposto federal sobre água e esgoto

BIANCA LIMA
MARIANA CARNEIRO
ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

Enviado ontem ao Congresso, o projeto de lei do governo que regulamenta a reforma tributária trouxe a lista dos itens que vão compor a cesta básica nacional – e que, portanto, terão imposto zero. O governo optou por uma lista reduzida, de apenas 15 itens, com foco em alimentos in natura ou minimamente processados.

São eles: arroz, leite, manteiga, margarina, feijão, raízes e tubérculos, cocos, café, óleo de soja, farinha de mandioca, farinha e flocos de milho, farinha de trigo, açúcar, massas e pães. Já ovos, produtos hortícolas e frutas, apesar de não estarem na cesta básica, também terão alíquota zero do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Outros 14 tipos de produtos alimentícios terão imposto reduzido, ou seja, desconto de 60% em relação à alíquota cheia do IVA. Entres eles, estão carne bovina, óleos vegetais e sal de mesa iodado.

Há alimentos específicos, no entanto, que terão alíquota cheia (pagarão 100% do IVA) – e que são considerados artigos de luxo. Entre os peixes, por exemplo, pagarão 100% de imposto atum, bacalhau, salmão, trutas, lagosta e ovas (caviar). Entre as carnes, foie gras (figado gordo). Cogumelos e trufas também pagarão alíquota integral do IVA.

A justificativa do projeto de lei diz que um dos princípios norteadores para a seleção dos alimentos a serem beneficiados por alíquotas favorecidas

Alíquota cheia
Pelo projeto, produtos como atum, bacalhau e trufas serão taxados em 100% do IVA

foi a “priorização dos alimentos in natura ou minimamente processados e dos ingredientes culinários, seguindo-se as recomendações de alimentação saudável e nutricionalmente adequada do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde”.

Em meados do mês, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que seriam levados em consideração critérios de indução de saúde: “O trabalho do secretário (*extraordinário de reforma tributária*) Bernard Appy está sendo distri-

buir produtos por essas três cestas de maneira a induzir boas práticas de alimentação saudável (...). A reforma, em si, já nos permite esse tipo de distribuição”, disse Haddad, em entrevista à GloboNews.

CASHBACK. O governo também propôs cashback (devolução em dinheiro) de 50% do imposto federal pago pelos consumidores de menor poder aquisitivo nas contas de água e esgoto. O projeto de lei prevê ainda a mesma devolução para as contas de luz.

O cashback é defendido pela equipe econômica desde o início da tramitação da reforma no Congresso, no ano passado, como uma forma de criar um benefício tributário focalizado, diferente de uma redução de impostos que pode beneficiar também as famílias mais ricas.

O programa de cashback dos impostos será voltado para famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo (o equivalente hoje a cerca de R\$ 700) e àquelas já cadastradas no Cadastro Único de programas sociais do governo. Pelo projeto, essas famílias ingressariam de maneira automática no sistema de devolução de impostos. ●

Siafi Investigação em curso

Invasão a sistema tem R\$ 14 milhões desviados para 17 contas correntes

DANIEL WETERMAN
BRASÍLIA

Cerca de R\$ 14 milhões em dinheiro público foram desviados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e remetidos para 17 contas bancárias em quatro Estados (Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) abertas em nome de empresas e pessoas físicas. Até o momento, só há informação de que R\$ 2 milhões foram recuperados.

Asuspeita é de que esses recursos tenham sido desviados depois de um ataque ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), destinados a pagar servidores públicos, fornecedores e para transferências oficiais para Estados e municípios. A Polícia Federal investiga o caso sob sigilo.

O dinheiro estava reservado para o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), empresa de tecnologia do governo federal, e deveria custear serviços de tecnologia da informação, suporte a sistemas eletrônicos e manutenção de bases de dados oficiais. Os recursos foram parar em contas em nome de empresas incluindo uma construtora, uma mineradora e uma revendedora de bebidas, além de pessoas físicas e até beneficiários de programas sociais, como apurou o *Estadão*. A suspeita é de que essas pessoas não receberam o dinheiro, mas tiveram

os seus dados usados por criminosos para abrir as contas.

No dia 28 de março, véspera do feriado de Páscoa, foram movimentados R\$ 3,8 milhões do Ministério da Gestão que deveriam ir para o Serpro. Mas o dinheiro foi parar em contas abertas no nome de três empresas: R\$ 2 milhões para uma fabricante de móveis de Campinas (SP); R\$ 1 milhão para uma construtora do Rio; e R\$ 763,9 mil para uma gestora de investimentos, também no Rio. O governo só conseguiu recuperar R\$ 2 milhões. O ministério não se pronunciou.

Diversos destinos
A investigação encontrou dinheiro em contas de empresas e de pessoas físicas em 4 Estados

No dia 16 de abril, novo ataque terminou com o desvio de mais R\$ 10,2 milhões do TSE. O dinheiro foi para 14 contas, incluindo uma construtora em São Paulo, uma mineradora em Itaú de Minas (MG), uma empresa que vende água em Una (BA) e sete pessoas físicas. Não há informação se esse dinheiro foi recuperado. Procurado, o TSE informou que o caso está sob investigação da PF. Os R\$ 5,5 milhões do TSE foram enviados para sete contas de pessoas físicas, todas abertas em Paulínia (SP), incluindo beneficiários do Bolsa Família e do auxílio emergencial na pandemia. ●